



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

LEI ORDINÁRIA Nº 3436, DE 25 DE JUNHO DE 1998

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ABONO SALARIAL E CESTA BÁSICA, AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, PARA O MÊS DE JUNHO/98.

Dr. Vito Ardito Lerário, Prefeito Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba aprova e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder no mês de JUNHO/98, o ABONO SALARIAL aos Servidores na forma abaixo:

§ 1º Todos os servidores municipais, receberão um Abono de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), para o mês de junho de 1998.

§ 2º Os Servidores ocupantes dos cargos abaixo descritos, perceberão, além do abono mencionado no parágrafo

1º do presente artigo, abono complementar no valor de R\$ 20,00 (vinte reais):

Coordenador Pedagógico	Ref.: 36
Coordenador Serviço Educação	Ref.: 33
Professor I	Ref.: 18
Professor II	Ref.: 20
Professor III	Ref.: 22
Professor IV	Ref.: 24
Professor V	Ref.: 26
Professor Educação Física Pleno	Ref.: 22
Professor Educação Física Senior	Ref.: 25
Técnico Desportivo Junior	Ref.: 18
Técnico Desportivo Pleno	Ref.: 21



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

§ 3º Os ABONOS de que trata a presente Lei não integrarão os vencimentos para fins de outras vantagens salariais.

Art. 2º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a adquirir gêneros alimentícios, mediante licitação, destinados à doação aos Servidores Municipais, como CESTA BÁSICA.

Art. 3º A concessão de abono salarial de que trata o parágrafo 1º e cesta básica mencionada no artigo 2º abrangerá todas as categorias dos cargos e funções do pessoal efetivo, os de provimento em comissão, os estatutários ou regidos pela C.L.T., os ativos e inativos, pensionistas e estagiários, da Administração direta e indireta, que percebam os benefícios pelos cofres municipais.

Art. 4º Fica mantida a Tabela de vencimento integrante da [Lei nº 3.426 de 27 de maio de 1998](#).

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias do Orçamento vigente, que se necessário, poderão ser suplementadas mediante Decreto do Executivo.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Pindamonhangaba, 25 de junho de 1998.

Dr. Vito Ardito Lerário

Prefeito Municipal